



Renan se mantém presidente do Senado por decisão do STF

Em nota pública, o senador classificou de patriótica a decisão do Supremo e reafirmou a confiança na Justiça brasileira e na separação dos Poderes

Por 6 votos a 3, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) manteve Renan Calheiros na Presidência do Senado, ressalvando que ele não poderá assumir a Presidência da República em caso de sucessão ou substituição. Para o primeiro-vice-presidente do Senado, Jorge Viana, a decisão afasta o risco de mais uma crise institucional. Líder do governo, Romero Jucá anunciou que o Senado fará sessões deliberativas hoje, amanhã e segunda-feira para discutir a PEC do Teto de Gastos. **3**



Plenário do Supremo manteve parcialmente a liminar do ministro Marco Aurélio Mello, expedida com base em ação ajuizada pelo partido Rede Sustabilidade

Marcos Oliveira/Agência Senado

Fim do sigilo de empréstimo em banco público passa em comissão

Segue agora para o Plenário projeto que determina o caráter público para empréstimos concedidos pelo BNDES, Banco do Brasil e Caixa a empresas ou entes

públicos e subsidiados com recursos do governo. A proposta estabelece condições para o fim do caráter sigiloso e foi aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça. **5**

Projeto garante pensão a pessoas com microcefalia causada por zika

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto que garante pensão vitalícia a pessoas com microcefalia congênita causada pelo vírus da zika. O objetivo é auxiliar

os doentes e suas famílias a enfrentar problemas diversos, com os quais muitas vezes nem a medicina sabe lidar, pois é algo novo, diz o autor da proposta, Eduardo Amorim. **4**



Projeto para dar mais transparência a operações de crédito foi aprovado na CCJ



Atendimento a bebê com microcefalia: situação é muito difícil, avalia senadora

Amanda Oliveira/GovBA

Encartado
nesta edição,
o boletim
Monitor Fiscal

Regulação da
gorjeta volta
à Câmara **4**

Aprovado
parecer sobre
supersalários **2**

CPI do Futebol
chega ao fim com
dois relatórios **6**

Aliança pode
ajudar educação,
aponta debate **7**

Audiência pede
mais acesso a
banda larga **8**

CONGRESSO DO FUTURO

Democracia, Comunicação e Progresso no mundo digital e sustentável

Data: 8 e 9 de dezembro
Horário: 9h às 18h
Local: Petrólio Portela | Senado Federal
Inscrições: senado.leg.br/congressodofuturo

Comissão Senado do Futuro SENADO FEDERAL



O vice-presidente da comissão, Anastasia, e a relatora, Kátia Abreu: extinguir efeito cascata é outra meta do colegiado

Comissão aprova relatório sobre fim dos supersalários

Texto de Kátia Abreu propõe medidas para tornar efetivo, em todos os Poderes, o limite de remuneração no serviço público previsto pela Constituição

A COMISSÃO ESPECIAL do Extrateto aprovou ontem relatório da senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) com proposta para dar fim aos chamados supersalários. Com apoio dos três Poderes, o texto propõe uma série de medidas para dar efetividade ao limite de remuneração imposto pela Constituição aos agentes públicos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Outro objetivo da comissão é acabar com o chamado efeito cascata. Entre as medidas, o relatório propõe à Mesa do Senado que considere a proposição de ações diretas de constitucionalidade ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e contra leis federais e estaduais que vinculam automaticamente a remuneração dos magistrados.

Ao destacar que “todo somatório é teto”, a relatora solicita ao STF a possibilidade de incluir na pauta de deliberação a incidência do teto remuneratório sobre as parcelas de aposentadorias recebidas cumulativamente e sobre o montante decorrente

da acumulação de proventos e pensão. Além disso, o texto também sugere revisão da concessão de auxílio-moradia aos magistrados por decisão do ministro Luiz Fux.

— Essa liminar monocrática está dando margem a aumentos, inclusive retroativos, em vários estados do Brasil, em vários órgãos, por dez anos — observou Kátia Abreu.

A relatora pede ao Senado a aprovação de substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 62/2015, de Gleisi Hoffmann (PT-PR), para barrar o efeito cascata em todos os Poderes.

Acúmulo de empregos
Pelo relatório, deve permanecer sujeito ao limite de rendimentos estabelecido para seu cargo ou emprego o agente público cedido a outro órgão, Poder ou estado, quando não exercer cargo em comissão ou função de confiança na nova lotação.

O limite de rendimentos aplica-se ao somatório das verbas recebidas, ainda que provenham de mais de um cargo ou emprego, de mais de uma aposentadoria ou pensão, ou de qualquer combinação possível entre esses rendimentos, inclusive quando originados de fontes pagadoras distintas.

No caso de recebimento de rendimentos sujeitos a diferen-

tes limites, sobre o somatório incidirá aquele de maior valor.

Kátia Abreu também baseou o relatório em texto do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 3.123/2015, de autoria do Executivo, com algumas alterações. Entre as mudanças sugeridas, está uma proposta para imputar como ato de improbidade administrativa quem pagar acima do teto e obrigar o servidor a devolver os recursos recebidos.

Asenadora recomenda que o Executivo requeira urgência na aprovação do projeto que regulamenta o que é teto e extrateto. Outra proposta é que todos os portais da transparência sigam o formato do Ministério Público Federal com dados abertos manipuláveis e detalhados dos nomes dos agentes públicos, CPFs, valores de salários, férias, 13º e auxílios.

São considerados rendimentos que integram o teto: vencimentos, salários e soldos ou subsídios, verbas de representação, abonos, prêmios e adicionais, entre outros. No extrateto estão as parcelas de indenização previstas em lei não sujeitas aos limites de rendimento e que não se incorporam à remuneração, mas reembolsam o agente público por despesas efetuadas no exercício de suas atividades, como diárias em viagens a trabalho.

Risco a políticas sociais une diversos credos em debate

Reunidos ontem em audiência pública, representantes de diferentes credos e tradições religiosas condenaram a pauta legislativa em análise no Congresso, que, segundo entendem, pode desmontar conquistas sociais consolidadas nas últimas décadas.

A PEC do Teto de Gastos (PEC 55/2016), que estabelece a variação da inflação como teto para os gastos públicos, e propostas que modificam a legislação trabalhista estiveram no centro das críticas.

Promovida pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) para debater o tema “As religiões contra as injustiças sociais”, a audiência serviu para manifestações de repúdio a atos de intolerância religiosa no país.

O médico Geniberto Campos, que representou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), classificou a PEC como um retrocesso. Caso a proposta seja aprovada, haverá uma “erosão” dos direitos sociais, disse o presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS),

que comandou o debate.

O bispo dom Maurício Andrade, da Igreja Episcopal Anglicana, conclamou seguidores de diferentes credos para que se mantenham unidos pelo que o povo deseja. Monge Sato, do Templo Shin Budista de Brasília, condenou propostas como a da terceirização e disse que o Estado deve servir aos direitos humanos e sociais. Adna Santos de Araújo, a Mãe Baiana, falou sobre a intolerância. Outros líderes religiosos também participaram do debate.

Prodasen apresenta sugestões sobre uso da TI e processo legislativo futuro

— Mesmo que o Senado esteja trabalhando de forma planejada, esse horizonte tem um limite, e é preciso manter os olhos voltados ao futuro, para qual será o uso da tecnologia daqui a dez anos. Não sabemos como estará a sociedade no futuro, mas teremos como realidade um cidadão mais próximo do Legislativo, utilizando os recursos da tecnologia da informação.

O coordenador de Informática Legislativa e Parlamentar do Prodasen, Vládner Barros Leal, apontou os prazos para planejar o trabalho.

— O horizonte temporal sugerido na visão de futuro é o ano de 2025. A narrativa do relatório se dá no tempo presente, sinalizando a projeção ou transferência dos atores e da própria instituição para esse ano alvo — ressaltou o coordenador.

O relatório técnico apresentado reúne os debates de quatro audiências públicas realizadas pela Comissão Senado do Futuro, com 280 participantes. Os temas foram: “Futuro da democracia”, “Indicadores para avaliação da atividade legislativa”, “Novos mecanismos de participação popular” e “Impactos das tecnologias de informação e comunicação no processo legislativo”.

O diretor do Prodasen, Alessandro de Albuquerque, ressaltou a proximidade cada vez maior que o cidadão terá do Parlamento.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

CRA Terras indígenas

8h A comissão promove audiência pública interativa para debater questões relacionadas à parceria agrícola em terras indígenas.

PRESIDÊNCIA Congresso do Futuro

9h Renan Calheiros participa da abertura do Congresso do Futuro: democracia, comunicação e progresso no mundo digital e sustentável.

MP 744/2016 Mudanças na EBC

9h Apreciação do relatório da MP que dispõe sobre a reestruturação da Empresa Brasil de Comunicação.

CDH Oficiais do Ministério Público

9h A comissão faz audiência pública interativa sobre a instituição do Dia Nacional do Oficial do Ministério Público. Às 14h, debate sobre o serviço exterior do país.

SENADO DO FUTURO Congresso

9h Solenidade de abertura do Congresso do Futuro: democracia, comunicação e progresso no mundo digital e sustentável.

CRE Donald Trump

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional faz audiência para debater o cenário internacional a partir da eleição de Donald Trump para a Presidência dos Estados Unidos. Logo depois, análise de três itens.

CMO Lei orçamentária

10h A Comissão Mista de Orçamento analisa relatórios ao projeto de Lei Orçamentária Anual. O colegiado volta a se reunir às 14h e às 18h, com o mesmo objetivo.

PLENÁRIO Sessões deliberativas

10h30 Sessão deliberativa extraordinária. Na pauta, a PEC do Teto de Gastos. Às 14h, nova sessão.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas comissões: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
 • Alô Senado: 0800 612211
 • Acompanhe: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
 • Facebook: senadofederal • Twitter: @agencia_senado
 • TV: senado.leg.br/TV



Plenário do Supremo Tribunal Federal durante sessão que julgou a liminar do ministro Marco Aurélio Mello, expedida na segunda-feira, com base em ação ajuizada pelo partido Rede Sustentabilidade

Marcos Oliveira/Agência Senado

STF mantém Renan na Presidência do Senado

Dos nove ministros que votaram, seis entenderam que Renan Calheiros pode manter-se como presidente do Senado, mas não pode assumir a Presidência da República

O PLENÁRIO DO Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem manter o senador Renan Calheiros como presidente do Senado, com a ressalva de que ele não poderá assumir a Presidência da República em caso de sucessão ou substituição. O tribunal manteve apenas parcialmente a liminar do ministro Marco Aurélio Mello, que afastava Renan do cargo em função da condição de réu em processo penal no próprio STF.

Dos nove ministros que participaram da votação da liminar, seis defenderam a interpretação que acabou prevalecendo. Ela partiu de uma divergência do ministro Celso de Mello, que, ao antecipar o voto, salientou que Renan deve manter a "titularidade funcional" do cargo de presidente do Senado. Apenas a atribuição de substituir o presidente da República, em caso de ausência dele e do presidente da Câmara dos Deputados, deve ser retirada em função da condição de réu, disse o decano do STF.

No início de novembro, a maioria do STF concordou, em análise de uma arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), que indivíduos que sejam réus não podem integrar a linha de sucessão da Presidência. A votação não foi concluída em função de pedido de vista do processo pelo ministro Dias Toffoli.

A decisão majoritária, segundo os ministros que a apoiam, mantém a coerência com a posição já estabelecida no julgamento da ADPF ao mesmo tempo que evita "ingerência" do Judiciário em assuntos

do Legislativo — a escolha do presidente do Senado.

Outro argumento foi o de que a liminar de Marco Aurélio Mello careceria de urgência, uma vez que o mandato de Renan Calheiros na Presidência da Casa está perto do fim (encerra-se em 1º de fevereiro de 2017) e não há perspectiva imediata de que ele venha a substituir o presidente da República, Michel Temer (antes de Renan na linha sucessória está o presidente da Câmara, Rodrigo Maia).

Votos

A posição de Celso de Mello foi referendada pelos ministros Teori Zavascki, Dias Toffoli, Luiz Fux e Ricardo Lewandowski — além da presidente do STF, ministra Cármen Lúcia. Os votos que acompanharam Marco Aurélio e a favor da integralidade da liminar partiram dos ministros Edson Fachin e Rosa Weber. Os ministros Gilmar Mendes (em viagem) e Roberto Barroso (que se declarou impedido) não participaram da votação.

A tese de manutenção de Renan no cargo com impedimento de participar da sucessão presidencial foi sustentada, antes da votação, pelo advogado-geral do Senado, Alberto Cascais. Ele também pediu a anulação do processo, que voltaria ao início, porque o Senado não pôde se manifestar em suas fases anteriores. Esse pedido, porém, não foi acolhido.

Já o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, defendeu a íntegra da liminar e pediu que o STF afastasse Renan do cargo de presidente.

Nota pública da Presidência do Senado

A assessoria do presidente do Senado, Renan Calheiros, divulgou ontem nota sobre a decisão do STF de mantê-lo no cargo. Leia a íntegra:

É com humildade que o Senado Federal recebe e aplaude a patriótica decisão do Supremo Tribunal Federal. A confiança na Justiça brasileira e na separação dos poderes continua inabalada.

O que passou não volta mais. Ultrapassamos, todos nós, Legislativo, Executivo e Judiciário, outra etapa da democracia com equilíbrio, responsabilidade e determinação para conquista de melhores dias para sociedade brasileira.

Assessoria Imprensa
Presidência do Senado Federal

Para Viana, decisão do Supremo foi a melhor para o Brasil

O primeiro-vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), afirmou ontem que a decisão do STF que manteve no cargo o presidente da Casa, Renan Calheiros, foi o "melhor para o Brasil", por evitar o risco de mais uma crise institucional.

Viana considerou que o impeachment de Dilma Rousseff, "em que não se tipificou o crime de responsabilidade", foi uma ruptura do Congresso com o Executivo e deixou um trauma "que está custando muito caro para todo o país". Agora, disse, o Judiciário

evitou um novo rompimento.

— Procurei ajudar para que não houvesse ruptura entre os Poderes da República. Para mim, é uma página virada. Vamos, agora, trabalhar na pauta — afirmou.

Segundo ele, é importante que Renan possa se defender sem precisar se afastar da Presidência do Senado. Viana destacou que faltam pouco mais de 40 dias para nova eleição para o cargo.

— O país está em crise profunda, dividido, e a responsabilidade segue com aqueles que estão no governo



Viana avalia que o Judiciário evitou nova ruptura entre Poderes da República

Michel Temer, que venderam facilidades para a economia e a situação social, e que estão em condições de manter sua agenda. Nós, da oposição, vamos seguir com a nossa consciência alertando o Brasil que o governo de Michel Temer, que nos tirou do poder, está pegando o caminho errado, o caminho para transformar crise econômica em recessão, depressão e caos social. Discordamos dessa agenda que está sendo proposta e só agrava a situação.

O senador disse que, apesar da posição que ocuparia se assumisse a Presidência da Casa durante o afastamento de Renan, firmou compromisso consigo mesmo de "não fazer com quem está hoje no governo o que eles fizeram com o PT".

— Acho que não seria justo. Estou tranquilo porque tenho o respaldo de uma decisão do Supremo que ainda permite uma certa harmonia entre os Poderes e porque eu, de alguma maneira, colaborei, defendendo o Senado.

Jucá anuncia novo calendário de votações até o fim do ano

O líder do governo no Congresso, senador Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou ontem os ajustes no calendário de votações que ocorrerão antes do recesso parlamentar.

De acordo com Jucá, a prioridade será para a votação da PEC do Teto de Gastos (PEC 55/2016) e do Orçamento para o ano que vem.

— A pauta continua a mesma, mas é claro que são muitos itens e nem todos terão condições de serem votados até o dia 15. A prioridade é para a PEC do Teto dos Gastos e para o Orçamento de 2017 — disse.

Jucá afirmou que o Senado fará sessões deliberativas hoje, amanhã e segunda-feira para contar as sessões de discussão da PEC 55.

A proposta ainda precisa

passar por três sessões de discussão antes da votação em segundo turno, que está programada para terça-feira, às 10h.

O senador informou ainda que o Congresso fará sessão na terça à noite para discutir vetos e o Orçamento. Segundo ele, na quarta-feira, os parla-

mentares devem concluir a votação do Orçamento para 2017.

— O calendário ficou apertado, mas ele se conclui no dia 15 com a promulgação da PEC do teto do gasto público, que é uma conquista importante e o primeiro passo para o reequilíbrio do país.



Líder do governo, Jucá diz que prioridades são teto de gastos e Orçamento

Pessoas com microcefalia causada por zika poderão ter pensão vitalícia

Projeto aprovado em comissão concede auxílio mensal no valor de um salário mínimo a quem for comprovadamente afetado pela doença

PESSOAS COM MICROCEFALIA congênita, comprovadamente causada pela infecção com o vírus da zika, receberão pensão especial vitalícia. É o que estabelece o Projeto de Lei do Senado (PLS) 255/2016, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta ainda precisa ser avaliada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto, do senador Eduardo Amorim (PSB-SE), determina a concessão de pensão especial vitalícia, no valor de um salário mínimo (R\$ 880 atualmente), a pessoas comprovadamente diagnosticadas com microcefalia causada pelo vírus da zika cuja renda familiar seja de até dez salários mínimos. Amorim se baseou nos critérios da Lei 7.070/1982, que concede pensão especial a pessoas acometidas da síndrome da talidomida.

— Estamos lidando com algo novo na medicina e no

convívio social. Famílias e crianças não são culpadas pelo que adquiriram, muitas vezes por causa da omissão do poder público. São inúmeros problemas com os quais muitas vezes nem a medicina sabe lidar, é algo novo. São graus diversos de lesões e não temos certeza de qual será o futuro dessas crianças. Mas sabemos que a situação é extremamente difícil — defendeu o autor.

Adicional

Da mesma forma que os acometidos pela talidomida, fará jus a um adicional de 25% a pessoa com microcefalia maior de 35 anos que necessite de assistência permanente de outra pessoa e cujo grau de incapacidade para o trabalho, para a mobilidade, para a higiene pessoal e para a própria alimentação atinja seis pontos. Regulamento vai definir posteriormente como essa pontuação será feita.

Também será possível rece-



Geraldo Magela/Agência Senado

O presidente da CAS, Edison Lobão, com o autor do projeto, Eduardo Amorim

ber outro adicional, de 35%, aqueles que preencham os critérios, legalmente definidos, de idade e tempo mínimo de contribuição à Previdência Social.

Serão autorizados a receber o benefício o próprio paciente, se for maior e capaz, ou a mãe, o pai, a pessoa que detenha a guarda, o curador ou o tutor do beneficiário, nessa ordem

de preferência.

Marta Suplicy (PMDB-SP) pediu que a proposta seja avaliada no Senado com prioridade, para conceder um socorro financeiro às famílias.

— Muitas mães já largaram o trabalho para cuidar dessas crianças — disse a senadora.

Dalírio Beber (PSDB-SC) leu o relatório de Ronaldo Caiado (DEM-GO) sobre o projeto.

PEC da Desburocratização avança e vai a Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem proposta de emenda à Constituição que busca simplificar as exigências fiscais e tributárias dirigidas a microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente em municípios menores.

A chamada PEC da Desburocratização (PEC 57/2016) recebeu parecer favorável, com emendas, do relator, senador José Maranhão (PMDB-PB), e segue para dois turnos de discussão e votação no Plenário do Senado.

As duas emendas de Maranhão se basearam em quatro emendas apresentadas por Aloisio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Todas trataram de cancelar alterações feitas pela PEC em dispositivos da Constituição.

Uma das emendas de Aloisio manteve a atual proibição para a empresa em débito com a Seguridade Social firmar contratos com o governo ou dele receber incentivos fiscais ou empréstimos. Outra emenda importante foi a que eliminou a tentativa de se introduzir o princípio da anterioridade plena no texto constitucional.

— Há que se discutir a conveniência da aprovação dessa matéria no momento atual de grave crise fiscal que assola a maioria dos entes federados, por quanto a proposta traz rigidez às ações fazendárias para aumentar o ingresso de receitas, motivo pelo qual propomos a supressão das alterações — argumentou Aloisio.

Por outro lado, Armando Monteiro (PTB-PE) via como

“salutar” a intenção da PEC de ampliar a hipótese da anterioridade tributária na Constituição:

— Atualmente, uma MP que crie ou majore tributos respeita a anterioridade a partir da sua conversão em lei. Já a proposta estabelece que o requisito de anterioridade seja observado a contar da própria MP.

Municípios

Fruto do trabalho da Comissão de Juristas da Desburocratização, a PEC 57/2016 também traz, como uma das principais mudanças, a garantia, para os pequenos municípios, de normas simplificadas para balancetes e prestação de contas. A proposta permite a delegação de competência para que o estado em que estiver localizado o município nessa condição assuma a cobrança e a fiscalização dos tributos sob sua responsabilidade.

A lei complementar prevista pela PEC 57/2016 deverá ser editada para reunir regras de desburocratização a serem observadas por todos os entes federados. Também passarão a ser regidas por lei complementar as diretrizes gerais relativas ao processo administrativo fiscal, substituição, eficiência e moralidade tributárias e vedação de confisco.

Ao comentar a PEC, Antonio Anastasia (PSDB-MG) avaliou a proposta como “interessante, porque leva concretude à realidade da Federação brasileira.”

Texto permite destruir original de documentos digitalizados

O documento digitalizado e certificado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) terá o mesmo valor legal do documento físico que lhe deu origem. A medida é prevista no substitutivo ao PLS 146/2007, aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

De autoria do senador Magno Malta (PR-ES), a proposta autoriza a eliminação do original do documento após a digitalização certificada. O relator, José Maranhão (PMDB-PB), apresentou o substitutivo, que será submetido a turno suplementar de votação na próxima reunião da CCJ.

De acordo com o PLS 146/2007, a digitalização de documentos e o armazenamento em mídia ótica ou digital autenticada serão feitos por empresas ou cartórios devidamente credenciados.

O projeto abre prazo de 90 dias, a partir de sua conversão em lei, para o governo regularmente a questão, indicando os requisitos para o credenciamento das empresas e dos cartórios autorizados a realizar esses serviços.

Prejudicialidade

No final de 2015, a Comissão de Ciência e Tecnologia, (CCT) se manifestou pela prejudicialidade do proje-

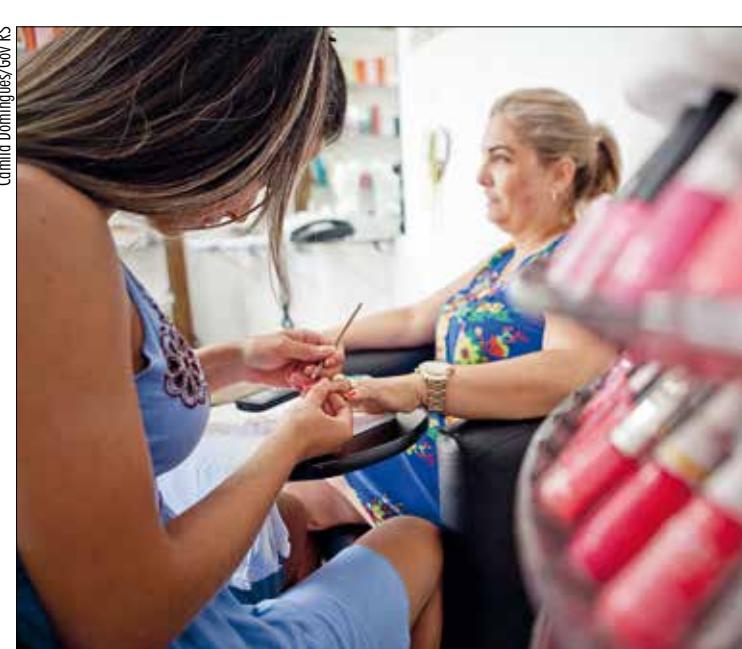
Proposta que regula a gorjeta retorna à Câmara

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) confirmou a aprovação do projeto que regulamenta o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares, a chamada gorjeta.

O projeto (PLC 57/2010), que foi aprovado em primeiro turno no dia 30, passou por turno suplementar ontem e retornará à Câmara dos Deputados.

Pela proposta, considera-se gorjeta não só a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, como também o valor cobrado pela empresa, como serviço ou adicional, a qualquer título, e destinado à distribuição entre os empregados.

O autor do substitutivo aprovado pela CAS, senador Paulo Paim (PT-RS), agradeceu o apoio dos senadores à proposta, que segundo ele, responde a um anseio de garçons de todo o país.



Proposta aprovada simplifica o sistema tributário e fiscal de microempresas

Comissão aprova fim de sigilo em empréstimo

Projeto determina que operações de crédito subsidiadas com recursos públicos, feitas por instituições financeiras do governo, não podem ser classificadas como sigilosas

EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS PELO BNDES e outras instituições financeiras públicas, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, poderão perder a condição de sigilo. O caráter público dessas transações está previsto em substitutivo a projeto de lei de Lasier Martins (PDT-RS), aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta seguirá para votação em Plenário.

O substitutivo ao PLS 7/2016 — Complementar foi elaborado por Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e estabelece duas condicionantes para a publicização desses negócios: devem envolver subvenções ou operações de crédito subsidiadas, direta ou indiretamente, com recursos públicos e beneficiar pessoas jurídicas ou entes públicos nacionais ou estrangeiros.

Ataíde acatou, parcialmente, uma emenda do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que prevê uma ex-



Projeto aprovado pelos senadores em reunião na CCJ precisa ser apreciado agora em Plenário

ceção a essa regra geral. Assim, o substitutivo protege pelo sigilo bancário e empresarial as informações relativas às estratégias comerciais, financeiras e industriais dos beneficiários desse

tipo de operação de crédito.

Ataídes rejeitou emenda da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) à proposta. Seu entendimento foi de que a mudança era restritiva

porque, embora estipulasse mais uma hipótese autorizativa de quebra de sigilo bancário, admitia apenas ao Tribunal de Contas da União (TCU) permissão para pedir a transferência de dados sigilosos a instituições financeiras que aplicam recursos públicos federais.

Transparéncia

Na justificação do PLS 7/2016 — Complementar, Lasier afirma que, apesar de haver algumas informações a respeito de operações, clientes, projetos e valores contratados em cada empréstimo na página do BNDES na internet, esse dados não são suficientes para caracterizar a devida transparéncia. O autor da proposta também destaca a “recorrente prática brasileira” de apoiar países estrangeiros sem a devida divulgação das peculiaridades e condições dos ajustes firmados.

Contratação de trabalho infantil pode ser crime

O projeto que tipifica o crime de exploração de trabalho infantil foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Pelo PLS 237/2016, de Paulo Rocha (PT-PA), será considerado crime explorar, de qualquer forma, ou contratar, ainda que indiretamente, o trabalho de menor de 14 anos. Se não houver recurso para exame pelo Plenário, o projeto seguirá para a Câmara.

A relatora, Simone Tebet (PMDB-MS), observou que o Código Penal é omisso quanto à tipificação do trabalho infantil como crime. E lembrou que a legislação admite o trabalho de adolescentes maiores de 14 anos, na condição de aprendiz, desde que a atividade não seja insalubre, penosa, perigosa ou realizada em horário noturno.

— É um projeto simples, mas de alcance relevante.

Rocha destacou que o projeto tipifica o crime para aquele que explora economicamente o menor de idade como mão de obra barata para ter mais ganhos econômicos, inclusive no trabalho doméstico.

— Lugar de criança deve ser na escola — declarou.

Magno Malta (PR-ES) e Benedito de Lira (PP-AL) apresentaram ressalvas à proibição do trabalho de menores. As divergências motivaram Malta, inclusive, a se abster de votar.

— Trabalho desde os 12 anos e nunca deixei a escola. Há uma mística em torno disso. Dar um trabalho de meio expediente para um menino não mata, dá dignidade.

Benedito disse que vem de um estado pobre, onde centenas de milhares de crianças não têm escola.

— O trabalho degradante tem que ser punido, mas o decente, não — disse.

O projeto foi elogiado por Lúcia Vânia (PSDB-GO), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM),

Marta Suplicy (PMDB-SP) e Paulo Paim (PT-RS).

Pela emenda da relatora, a punição para quem contratar trabalho infantil será pena de reclusão de dois a quatro anos, mais multa. O texto de Paulo Rocha previa pena mínima de um ano de reclusão. Se o trabalho for noturno, perigoso, insalubre ou penoso, a pena será de dois a oito anos de prisão, mais multa, além da pena correspondente à violência.

O projeto não classifica como exploração de trabalho infantil o serviço realizado em âmbito familiar, desde que feito fora do horário escolar e de forma compatível com as condições físicas e psíquicas do menor.



Submeter criança a atividade penosa ou perigosa será considerado agravante

Sustação de norma sobre demarcação de terrenos de marinha vai a Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem substitutivo a projeto de decreto legislativo de Dário Berger (PMDB-SC) que susta norma editada pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), em 2001, para orientar os processos de demarcação de terrenos de marinha.

O texto aprovado foi elaborado por Ricardo Ferraço (PSDB-ES). O PDS 157/2015 segue para votação, em regime de urgência, no Plenário.

A norma deve ter sua aplicação sustada junto com todos os processos administrativos demarcatórios realizados sob sua orientação. Para Dário, “a manutenção dos terrenos de marinha e seus acréscidos no domínio da União é um preceito anacrônico, que traz grande prejuízo para a população dos estados litorâneos, especialmente para a municipalidade, que perde para a União o domínio de importante patrimônio urbano, tanto em termos econômicos como físicos.”

A princípio, Ferraço apre-

sentou reservas à sustação de processos administrativos do Poder Executivo por ato do Congresso Nacional. Ele resolveu, no entanto, recomendar a aprovação por entender que “saneará as impropriedades jurídicas decorrentes da aplicação da norma em vigor, evitando a perpetuação de ilegalidades nos processos de demarcação de terrenos de marinha.”

Segundo ele, a norma foi editada com o fim de estabelecer diretrizes para a demarcação de terrenos de marinha. No entanto, ao fazer isso, a norma teria desrespeitado o princípio da reserva legal ao “ampliar, modificar e exorbitar” o disposto no Decreto-Lei 9.760/1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União.

Dário Berger defende a sustação imediata da orientação demarcatória da SPU até que o Congresso conclua a análise de propostas de emenda à Constituição que buscam atualizar o regime de demarcação vigente, limitando os interesses imobiliários da União.

Proposta garante direito de companheiro sobrevivente ficar no imóvel onde mora

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto de lei que assegura ao companheiro sobrevivente o direito de continuar morando no imóvel destinado à residência da família (PLS 63/2016). Pelo texto, o “direito real” de habitação sobre o imóvel deve perdurar enquanto o companheiro viver e não constituir nova união estável ou casamento, desde que o imóvel seja o único bem de moradia a ser inventariado.

O autor da proposta, senador José

Maranhão (PMDB-PB), afirma que o Código Civil de 2002 trouxe diversos aspectos relativos às uniões estáveis, mas deixou de contemplar o companheiro sobrevivente com a garantia de continuar ocupando o imóvel único de habitação da família, após o falecimento da pessoa com quem convivia.

Maranhão esclarece que essa proteção é assegurada pelo mesmo código exclusivamente ao cônjuge sobrevivente, apesar de haver o reconhecimento das uniões estáveis na própria Constituição.

Observa ainda que lei anterior à vigência do atual código estabeleceu essa garantia em favor do companheiro sobrevivente (Lei 9.278/1996).

O relator, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), recomendou a aprovação da proposta. Segundo ele, o projeto serve para encerrar polêmica que se instalou após o advento do atual Código Civil a respeito do direito do companheiro sobrevivente a continuar a habitar o imóvel. Ele destacou que, embora minoritário, circula o

entendimento de que a lei que trata dessa garantia teria sido tacitamente revogada pelo novo código.

Para o relator, a aprovação já seria apropriada pelo fato de acabar com o conflito interpretativo. Além disso, afirmou, a proposta conforma o instituto da união estável com o padrão jurídico obtido com o novo Código Civil.

Anastasia recomendou ajustes de redação e de técnica legislativa. Se não houver recurso para votação no Plenário, o projeto seguirá para a Câmara.

O texto final de Jucá, que não aponta responsabilidades, e o voto em separado de Romário e Randolfe, que propõe vários indiciamentos, serão encaminhados a investigação

Com dois relatórios, CPI do Futebol termina

APÓS UM ANO e cinco meses de trabalho, a CPI do Futebol foi encerrada ontem com a aprovação do relatório final de Romero Jucá (PMDB-RR).

Ainda durante as discussões, o presidente da CPI, Romário (PSB-RJ), tentou convencer Jucá a incorporar formalmente ao relatório o voto em separado apresentado por ele e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) em 23 de novembro.

A sugestão não foi acatada por Jucá. Ele argumentou ter se apoiado na nova legislação referente às comissões parlamentares de inquérito para enviar aos órgãos de fiscalização e controle toda a documentação sigilosa conseguida durante as investigações.

— Está em anexo toda a documentação. Agora cabe ao Ministério Público promover as responsabilidades civis ou criminais de quem quer que

seja — ponderou o relator.

O relatório será encaminhado também à Receita Federal, ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e ao Banco Central. Da documentação sigilosa constam informações referentes ao presidente da CBF, Marco Polo Del Nero, e também aos ex-presidentes Ricardo Teixeira e José Maria Marin.

Sem indiciamentos

Romário afirmou que não estava satisfeito com a aprovação de um relatório que não prevê nenhuma sugestão de indiciamento e considerou um “grande final” para a CPI aprovar os dois relatórios conjuntamente.

O texto de Jucá, avaliou o presidente da comissão, é “bom” no diagnóstico e em sugestões legislativas e de gestão, pois “busca explorar



Edison Rodrigues/Agência Senado

Romário presidiu a CPI do Futebol e é um dos autores do voto em separado que foi aprovado junto com o relatório final

de maneira mais racional as potencialidades econômicas e de inclusão social decorrentes da popularidade do futebol no Brasil”.

— No entanto, entendo que toda a documentação que conseguimos, consequência do trabalho dedicado nosso e

de toda uma equipe, é mais que suficiente pra que já propuséssemos indiciamentos — disse.

Romário informou, inclusive, que o voto em separado já havia sido enviado a diversos órgãos de investigação e controle, acreditando que especialmente no Ministério

Público ele trará consequências para a cúpula do futebol brasileiro, “devido aos crimes que ali aparecem”.

Paralelo

O voto em separado aprovado como relatório paralelo defende os indiciamentos de Del Nero, Teixeira e Marin; do deputado federal Marcus Vicente (PP-ES), vice-presidente da CBF; de Gustavo Feijó, também vice-presidente da CBF; de Carlos Lopes, diretor jurídico da confederação e de Antônio Osório Ribeiro, ex-diretor financeiro da entidade. Sugere igualmente que os empresários J. Hawilla e Kleber Leite sejam indiciados.

Humberto Costa (PT-PE) e Magno Malta (PR-ES) observaram que têm sido comuns os casos em que o Ministério Público acata mais pontos de documentos paralelos que dos relatórios finais de CPIs.

Comissão propõe quatro novas leis para aperfeiçoar o esporte, explica Jucá

A criação do crime de corrupção privada, mudanças na legislação de combate à lavagem de dinheiro, incentivo fiscal temporário a clubes das Séries C e D do Campeonato Brasileiro e benefício aos clubes formadores de atletas foram as propostas apresentadas no relatório de Romero Jucá. Os quatro projetos de lei passam a tramitar no Senado.

Segundo Jucá, a proposta de prever, no Código Penal, o crime de corrupção privada, trata desse tipo de conduta

não apenas na área esportiva, mas em toda a sociedade. Pelo texto, comete crime tanto quem oferecer quanto quem aceitar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a fim de realizar ou omitir ato inerente às suas atribuições.

A proposta sobre lavagem de dinheiro prevê que todas as negociações envolvendo de alguma forma o futebol sejam comunicadas imediatamente ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

Também proíbe a

participação de dirigentes, eleitos ou nomeados, ou de parentes até o terceiro grau, em empresas com as quais os clubes ou entidades tenham negócios.

Outro projeto estabelece a adoção de alíquotas de deduções no Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas, até 2022, para apoio direto aos clubes das Séries C e D. Também prevê estímulos à criação da Sociedade Empresária Desportiva, que segundo Jucá, “daria corpo no país ao

conceito de clube-empresa”.

A quarta proposta da CPI prevê o aumento dos percentuais destinados aos clubes formadores de atletas, em todas as transferências nacionais que os envolverem.

O relatório traz recomendações à CBF, como ampliar o calendário de jogos para clubes de menor expressão, incluindo a criação de ligas regionais, e adotar o cartão-torcedor no Brasil. O texto ainda apoia que os clubes assumam a gestão do Campeonato Brasileiro.

Colegiado aprova individualização de contratos de financiamento rural coletivo

A Comissão de Agricultura (CRA) aprovou ontem o projeto que autoriza o desmembramento de financiamento coletivo contratado do Fundo de Terras e Reforma Agrária, do Banco da Terra. O PLS 139/2016, de José Medeiros (PSD-MT), deve seguir para a Câmara. O senador lembra que lei de 2008 autorizou a individualização das operações contratadas pelas entidades representativas de produtores e trabalhadores rurais sob a forma de associações ou cooperativas, mas alcançou apenas contratos celebrados

até 30 de junho de 2011. Com o projeto, relatado por Dário Berger (PMDB-SC), qualquer contratante poderá requerer o desmembramento.

ACRA também aprovou, em segundo turno, o substitutivo ao projeto que incentiva o combate ao desperdício de alimentos (PLS 672/2015). Foram ainda acatados o projeto sobre repartelamento do solo (PLS 504/2013) e o que trata da previsão legal da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PLS 258/2010). As três propostas devem seguir para a Câmara.

A CRA também aprovou o relatório de Wellington Fagundes (PR-MT) sobre o seguro rural, política pública analisada pela comissão em 2016. O senador apontou que a cobertura do seguro abrange uma parte ínfima da produção agropecuária nacional.

Desapropriação

Também ontem, a comissão começou a discutir o PLS 90/2014, que amplia as áreas que podem ser destinadas à reforma agrária. Pelo projeto, de Roberto Requião (PMDB-

PR), Cristovam Buarque (PPS-DF) e do ex-senador Pedro Simon, poderão ser desapropriadas as faixas de terras rurais localizadas a até cinco quilômetros dos eixos de rodovias e ferrovias federais. O texto resgata medida prevista em decreto de 1964, do então presidente João Goulart, revogado após o golpe militar.

A proposta foi contestada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Waldemir Moka (PMDB-MS) e Ronaldo Caiado (DEM-GO). A presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS), concedeu vista coletiva.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Diretor-adjunto: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Debate mostra aliança para educar melhor

Iniciativa, que começou em 2006 e uniu empresas, governo e ONGs, detalhada ontem na Comissão de Educação, valoriza os professores e os diretores

AUDIÊNCIA NA COMISSÃO de Educação (CE), realizada ontem, debateu iniciativa do setor privado destinada a melhorar a educação pública do país, intitulada Aliança Brasileira pela Educação. O projeto, capitaneado pela empresa Kroton e pela Fundação Pitágoras, ambas da área de educação, pretende expandir para todo o país o que foi feito em Minas Gerais por meio da Conspiração Mineira pela Educação. A audiência foi requerida e presidida por Pedro Chaves (PSC-MS), relator da reforma do ensino médio (MP 746/2016).

Iniciado em 2006, o projeto uniu diversas organizações do terceiro setor, empresas privadas e o governo para melhorar a escola pública do estado. Em dez anos, ele atendeu 1.353 escolas e beneficiou mais de 1 milhão de alunos com 135 fóruns de diretores. A Conspiração Mineira se baseia em reuniões de diretores de escolas municipais e estaduais por localidade para trocarem experiências, ouvirem palestras motivacionais e conhecerem ferramentas de gestão.

Para a diretora da Kroton Educacional Gislaine Moreno, há o consenso de que a edu-



Bons resultados do projeto Aliança Brasileira pela Educação são apresentados em audiência solicitada por Pedro Chaves

cação básica no país precisa melhorar. Ela trouxe dados do Censo de 2015, mostrando que 1,6 milhão de estudantes não renovaram a matrícula de 2014 para o ano seguinte. Disse que os principais motivos de evasão escolar são: mudança, trabalho infantil, problemas de saúde e insatisfação escolar.

Aliança

— Insatisfação escolar está nas mãos da gente. Porque podemos contribuir para que os nossos professores sejam melhores. Ao invés de taxá-los como culpados de o ensino estar ruim, por que não fazemos uma aliança, por que não nos damos as mãos e tentamos melhorar essa insatisfação escolar? É com esse objetivo que criamos a Aliança Brasi-

leira pela Educação — disse Gislaine.

O presidente da Fundação Pitágoras, Evandro Neiva, disse que o projeto é ousado. Comparou-o a uma caminhada atravessando a Floresta Amazônica. Afirmou que, pela Conspiração Mineira, eles conseguiram avançar 30 quilômetros, dos 3 mil que a floresta tem, e que, nesse avanço, contemplaram "coisas extraordinárias". Citou a cidade de Aricanduva, no Vale do Jequitinhonha, que, depois de dois anos no projeto, saiu de um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 3,8 para 7,2.

— Então é isso que nos anima a continuar caminhando debaixo dessa floresta — disse.

Para o especialista em edu-

cação Cláudio de Moura Castro, o programa só dará certo se a escola assumir o protagonismo na solução de seus problemas, porque quem sabe é quem vive o problema.

— Nós temos que criar um movimento de dentro da escola e é isso que vai mudar a educação no Brasil — afirmou.

Atuação

O promotor de justiça aposentado Tomáz de Aquino Rezende ressaltou a importância da atuação do estado, das associações e fundações e da iniciativa privada.

— Não há possibilidade de nenhuma solução para nenhum problema social ou ambiental se não estiverem presentes os três setores. Tem que ter governo, fazendo as

regras, fiscalizando, fomentando; tem que ter mercado para financiar, senão não acontece; e tem que ter as organizações, que são as pessoas que sabem e fazem: os executores.

A professora Helena Neiva, assessora da Fundação Pitágoras, afirmou que as metas da Aliança Brasileira pela Educação são: fortalecimento da liderança dos diretores, alfabetização das crianças até os 8 anos de idade, inclusão pelo esporte e a melhoria dos indicadores de aprendizagem.

Fóruns

Helena explicou que os fóruns de diretores são encontros mensais, das 14h às 17h, com uma pauta dinâmica para que eles conheçam ferramentas de gestão, assistam a palestras motivacionais e troquem experiências. Ela informou que a expectativa para 2017 é expandir a Aliança Brasileira em São Paulo e no Rio de Janeiro e que já estão sendo procurados por várias empresas interessadas em integrar o projeto.

Para Cristovam Buarque (PPS-DF), que acompanha o trabalho da fundação, o esforço da iniciativa privada é fundamental para melhorar a educação pública.

— Eu creio que não dá para prescindir da energia que há no setor privado na realização do que a gente quer a serviço do público. E vocês estão fazendo isso — afirmou.

Especialistas: país precisa investir em bioquerosene de aviação

As metas agressivas de redução das emissões de carbono pela indústria de aviação exigem investimentos para produzir bioquerosene e o Brasil precisa aproveitar a oportunidade. Essa foi a avaliação dos participantes de audiência promovida ontem pela Comissão Mista de Mudanças Climáticas. Entre as metas citadas, está o crescimento neutro de carbono até 2020.

— Por mais que tenhamos novas tecnologias e melhorias operacionais, não vamos conseguir o crescimento neutro de carbono até 2020. Até lá, e principalmente a partir dessa data, vamos ter que entrar de forma muito intensa na produção de bioquerosene — explicou o gestor de Meio Ambiente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Aminatas Eugênio de Souza Filho.

O relator da comissão, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), disse que o Brasil deve encarar essas metas como oportunidade. O diretor do Departamento de Biocombustíveis do Ministério de Minas e



Bezerra conduz audiência sobre a importância da produção de bioquerosene para a redução das emissões de carbono

Energia, Miguel Ivan Lacerda de Oliveira, tem a mesma opinião. Ele adverte que, se o país não tomar as medidas necessárias, terá que importar essa tecnologia.

Vantagens

O gerente de Relações Externas da Embraer, Daniel Basani, explicou que o país tem vantagens com a grande variedade de matérias-primas, que viabilizam soluções regionais. Para desenvolver e fomentar a cadeia de biocombustíveis, a

Embraer e a norte-americana Boeing inauguraram, em 2015, centro de pesquisa conjunto em São José dos Campos (SP).

Segundo o coordenador sênior de pesquisa de biocombustíveis da Boeing, Onofre Andrade, a indústria da aviação ainda tem potencial para crescer, mas precisa investir nessa alternativa sustentável.

O desenvolvimento dos biocombustíveis poderia diminuir custos para o setor. O diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira das Em-

presas Aéreas, Airton Pereira, informou que o querosene de aviação no Brasil é dos mais caros do mundo e representa 38% dos custos totais dos voos domésticos, contra índice médio mundial de 28%.

Incentivos

O diretor de Biocombustível de Aviação da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene, Pedro Scorza, disse que a produção do bioquerosene, além de gerar milhares de empregos no país, possibilita zerar a

importação de querosene fóssil. Para isso, são necessárias medidas de incentivo.

Entre elas, Scorza citou a tributação diferenciada sobre a cadeia produtiva de biocombustíveis, a integração com as distribuidoras de querosene de aviação e a elaboração de regulamentos e certificações de qualidade e sustentabilidade. Também foram sugeridos incentivos financeiros, crédito e integração da cadeia produtiva de biomassa, além de pesquisa e desenvolvimento.

O pesquisador da Embrapa Bruno Laviola deu sugestão para incentivar as pesquisas na área. Simulação mostrada por ele apontou que o recolhimento de 0,1% sobre o faturamento das empresas aéreas no Brasil (R\$ 35 bilhões em 2015) geraria R\$ 35 milhões para investimento em pesquisa e teria reflexo pequeno nos valores cobrados do consumidor, estimado em R\$ 0,33 por passagem.

— Este é o momento para avançar na competitividade, tecnologia e eficiência no setor — enfatizou Laviola.

Senadores cobram expansão da banda larga

Em sabatina que aprovou indicado para Conselho Diretor da Anatel, parlamentares dizem que rede de celular e internet rápida precisam chegar também a regiões distantes

A AMPLIAÇÃO DO acesso da população à internet banda larga foi demanda comum aos senadores da Comissão de Infraestrutura (CI) que participaram ontem da sabatina de Leonardo Euler de Moraes, indicado para o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Economista e servidor de carreira da Anatel, Moraes destacou avanços da universalização de serviços, mas reconheceu deficiências de atendimento a populações que vivem em localidades distantes dos centros urbanos.

Os senadores elogiaram a formação e a capacidade técnica do indicado, ressaltando o fato de ele ser servidor de carreira da Anatel. Após a sabatina na CI, conduzida por Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), a indicação foi aprovada com 18 votos favoráveis e 1 contrário e segue para deliberação final em Plenário.

Isolamento

Durante a arguição, Valdir Raupp (PMDB-RO) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lembraram dificuldades de uso de celular e de conexão à internet



Leonardo de Moraes teve o nome aprovado para o Conselho Diretor da Anatel em sessão dirigida pelo senador Garibaldi

enfrentadas por boa parte da população do Norte.

— Temos regiões isoladas como a chamada Ponta do Abunã, entre Rondônia e Acre, onde há mais de 30 mil habitantes que não têm o sinal de telefonia móvel celular — contou Raupp, relator na CI.

Para Roberto Muniz (PP-BA), as agências reguladoras devem estar atentas às demandas dos consumidores, especialmente dos que vivem em localidades mais distantes.

— A atividade da agência

reguladora não é para cooptar ou ser cooptada. Ela deve se voltar para atender os consumidores — disse Muniz.

A insatisfação dos usuários de telefonia móvel foi apontada por Lasier Martins (PDT-RS), Hélio José (PMDB-DF) e Wellington Fagundes (PR-MT).

— Há uma reclamação muito grande dos usuários. O cidadão às vezes tem o serviço e depois o serviço é interrompido ou não é mantido com qualidade, fazendo com que muitas comunidades fiquem

isoladas — disse Wellington.

Como solução, Moraes propôs que sejam prioritários, nos editais de licitação para exploração de telefonia celular e de serviços de internet, aspectos relacionados à cobertura dos serviços, e não os focados na arrecadação:

— Essa será, talvez, a melhor forma de possibilitarmos a inclusão de áreas e distritos remotos que ainda não são atendidos por infraestrutura.

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) sugeriu a definição

de indicadores capazes de mostrar os avanços de inclusão digital no país.

Fust

Outra preocupação de Bezzera, compartilhada por Raupp, é sobre o uso do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). Os parlamentares questionaram o indicado quanto a medidas para evitar a descontinuidade de investimentos com recursos do fundo.

Moraes informou que, em 15 anos, o fundo arrecadou R\$ 21 bilhões, mas a verba, frisou, só pode ser utilizada para a expansão da telefonia fixa.

Como esse serviço já está amplamente disseminado no país e como a demanda maior é pela expansão do serviço móvel e da banda larga, Moraes sugeriu a alteração da lei do Fust para flexibilizar a utilização dos recursos.

O indicado tem mestrado em economia, ocupa a chefia da Assessoria Técnica da Anatel e representa a agência no Conselho Gestor do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funtel).

Especialistas: fundos destinam-se a telecomunicações

É preciso ampliar o sinal de celular nas estradas, reduzir a carga tributária e destinar recursos ao desenvolvimento das telecomunicações, afirmaram, na terça-feira, especialistas ouvidos em audiência pública pela Comissão de Transparência e Governança Pública.

O consenso foi de que os recursos do Fundo de Universalização das Telecomunicações (Fust), do Fundo de Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações (Fistel) e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funtel) devem ser de fato direcionados para o setor.

João Capiberibe (PSB-AP) defendeu a aprovação de lei que obrigue o governo a aplicar os recursos dos fundos e cumprir a lei já existente.

— É uma maluquice, mas é assim que se governa o país.

Presidente da comissão e autor do requerimento para a audiência, Paulo Bauer (PSDB-SC) reclamou da falta de sinal de celular nas estradas.

Diretor do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil), Carlos Duprat explicou que o problema só será resolvido quando os editais da Anatel “visarem menos arrecadação e mais investimento em cobertura”. Segundo ele, as poucas estradas com cobertura de celular são iniciativas das operadoras.

Os fundos setoriais, pelas contas do SindiTelebrasil, arrecadaram mais de R\$ 90 bilhões em 15 anos, “que não foram utilizados para os fins

a que se destinam”.

Duprat reclamou da concorrência dos aplicativos, como o WhatsApp, que, para ele “contribuem para a redução de receita e ameaçam seriamente a sustentabilidade do negócio”.

A representante da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste), Maria Inês Dolci, disse que, no lugar de combater aplicativos, as operadoras deveriam desonrar as contas telefônicas, que têm custo muito alto.

O presidente da Anatel, Juarez Quadros, afirmou que a carga tributária incidente no setor é elevada. Ele reconheceu que o principal entrave para maior cobertura do sinal é o “viés arrecadatório em detrimento da condição social da cobertura”.

Comissão aprova nome para Agência Nacional de Saúde Suplementar

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem a indicação de Leandro Fonseca para diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Foram 11 votos a favor e 1 contra a indicação do economista, que depende agora da aprovação do Plenário para assumir o cargo.

Durante a sabatina, Fonseca manifestou apoio ao PLS 52/2013, em tramitação, que unifica as regras de gestão, poder e controle social das agências reguladoras. O texto garante mais autonomia e transparência para as agências. O projeto trata também de exigências para o cargo de diretor e de critérios de independência dos planos de ação das agências.

Ele citou o projeto ao ser questionado pelo relator da indicação, Eduardo Amorim (PSC-SE):

— Entendo que esse projeto fortalece as agências na medida em que valoriza o conhecimento técnico para a ocupação de cargos de diretoria.

Sobre o reajuste dos planos coletivos empresariais e a utilização da rede pública por beneficiários de planos de saúde, Fonseca disse que o desafio é encontrar o equilíbrio entre a remuneração para operadoras e prestadores de serviço com preços justos para o usuário.

— Um eventual desequilíbrio pode acarretar a quebra de operadoras e risco de ineficiência no atendimento — disse Fonseca.

Rádios comunitárias querem inclusão em MP que regula prazos de concessões

Representantes de rádios comunitárias criticaram na terça-feira, em audiência pública, o fato de as emissoras não estarem contempladas na Medida Provisória 747/2016, que anistia as entidades de radiodifusão que não tenham apresentado no prazo legal os pedidos de renovação da concessão para funcionamento dos serviços.

O coordenador-executivo da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço), Geremias dos Santos, afirmou que a instituição não é contra a

MP, mas que quer a inclusão das rádios comunitárias e educativas na medida.

— As rádios comunitárias não funcionam como uma rádio comercial. As pessoas que entram não sabem essa parte burocrática, que é exigida pela lei. Então, nós queremos a nossa inclusão nessa MP 747 — afirmou.

O representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Rodrigo Gebrim, afirmou que desde 2015, quando foi criado um grupo de trabalho para desburocratizar

os processos de radiodifusão, os primeiros beneficiados foram as rádios comunitárias, que tiveram o tempo dos processos de outorga reduzidos de dois anos e meio para seis a oito meses.

O relator da MP, deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), disse que vai verificar as emendas com cautela e que o relatório será feito como uma construção do debate.

A medida muda o processo de concessão de rádios e TVs. O texto foi publicado no *Diário Oficial da União*

no dia 3 de outubro. A MP 747/2016 determina que os interessados em renovar a concessão ou a permissão apresentem requerimento nos 12 meses anteriores ao término do prazo da outorga. Antes da MP, isso poderia ser feito entre 6 e 3 meses anteriores.

Segundo a MP, caso expire a outorga sem decisão sobre a renovação, o serviço será mantido de forma transitória.

Após votação na comissão mista, a MP será enviada à Câmara e depois ao Senado.